

Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero

Work and management of women in family farming: an analysis from feminist and gender studies

Karolyna Marin Herrera¹ , Cristiano Desconsi² , Renê Birochi³ , Daniela Aparecida Pacífico⁴ 

¹ Laboratório de Estudos Rurais (LERU), Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: karolyna.herrera@ufsc.br

² Laboratório de Estudos Rurais (LERU), Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: cristiano.desconsi@ufsc.br

³ Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: renebirochi@gmail.com

⁴ Laboratório de Estudos Rurais (LERU), Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: daniela.pacifico@ufsc.br

Como citar: Herrera, K. M., Desconsi, C., Birochi, R., & Pacífico, D. A. (2024). Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(3), e281922. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.281922pt>

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre as possibilidades teóricas para os estudos sobre as mulheres rurais no trabalho e na gestão de estabelecimentos familiares tomando como base as contribuições dos estudos de gênero e dos feminismos. Para isso faz-se uma revisão sobre o percurso teórico de gênero e trabalho no meio rural, para então refletir criticamente sobre o conceito de gestão, abordar as particularidades de gestão em estabelecimentos rurais e, por fim, apontar caminhos teóricos para compreensão da gestão de mulheres rurais. Ao longo da análise, identificam-se duas facetas da gestão, a instrumental, proveniente do gerencialismo (*management*) e a emancipatória, aspecto intrínseco ao organizar (*organizing*). Nos resultados defendemos que as agências do organizar realizadas pelas mulheres oferecem alternativas para desfazer o gerencialismo embutido nos processos organizacionais, que invisibiliza a atuação das mulheres, possibilitando, assim, a emergência de novas vias de acesso para reposicionar o papel das mulheres em estabelecimentos rurais. Concluimos que essa nova abordagem da gestão considera que os aspectos emancipatórios e coletivos presentes no organizar das mulheres poderão indicar um novo caminho para tratar do conceito e das práticas de gestão.

Palavras-chave: gestão, organizar, trabalho, mulheres rurais, agricultura familiar.

Abstract: This article aims to reflect on the theoretical possibilities for studies on rural women at labor and in the management of family establishments, based on the contributions of gender studies and feminism. To this end, a review of the theoretical path of gender and labor in rural areas is carried out, to then reflect critically on the concept of management, address the particularities of management in rural establishments and, finally, point out theoretical paths for understanding the management of rural women. Throughout the analysis, two facets of management are identified, the instrumental one, originating from management and the emancipatory facet, an intrinsic aspect of organizing. In the results, we argue that organizing agencies carried out by women offer alternatives to undo the managerialism embedded in organizational processes, which makes women's actions invisible, thus enabling the emergence of new access routes to reposition the role of women in rural establishments. We conclude that this new approach to management considers that the emancipatory and collective aspects present in women's organizing may indicate a new path to dealing with the concept and practices of management.

Keywords: management, organizing, work, rural women, family farming.

Introdução

Este artigo objetiva refletir sobre algumas possibilidades teóricas para os estudos sobre as mulheres rurais no trabalho e na gestão de formas familiares de produção, tomando como base as contribuições dos estudos de gênero e do feminismo. Tais abordagens têm permitido ampliar as reflexões conceituais ao abrigar as dimensões do trabalho doméstico e de cuidados como, também, evidenciar novas perspectivas para examinar o trabalho produtivo, cujas tarefas, rotinas e definição dos responsáveis pela realização são atravessadas por relações de poder entre todos os membros das famílias, especialmente dos homens sobre as mulheres (Paulilo, 2016). Contudo, se na produção científica mais recente sobre mulheres em contextos rurais há avanços importantes na reflexão sobre gênero e trabalho, o mesmo não ocorre em relação à gestão, especialmente no entrecruzamento dos campos dos Estudos Organizacionais com os Estudos Rurais.

O esforço em tentar refletir sobre a relação entre gênero, trabalho e gestão nas formas familiares de produção decorre, de um lado, da necessidade latente de refletir sobre a participação (ou ausência) das mulheres em processos gerenciais tanto das iniciativas produtivas como reprodutivas, de outro, pela importância de refletir sobre o conhecimento produzido sobre gênero e trabalho de modo a abrir caminho e aprimorar as pesquisas sobre desigualdades nos contextos rurais.

Neste percurso, procuramos destacar três aspectos convergentes e comuns sobre estes temas, que estruturam a apresentação deste artigo em quatro seções desenvolvidas a partir de uma análise descritiva tendo como base estudos e abordagens teóricas das áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas.

A primeira seção da fundamentação teórica concentra-se em discutir as abordagens de gênero e feminismo a partir da categoria trabalho, com ênfase no debate sobre a divisão sexual do trabalho. Coloca em destaque a lacuna que emerge das formas familiares de produção, reprodução e organização no meio rural, visibilizando os papéis assumidos pelas mulheres.

A segunda seção é dedicada ao tema da gestão em organizações familiares na agricultura. Nela endereçamos a crítica ao sentido dominante do termo gestão (*management*), assim como aos pressupostos fundacionais que a embasam, o "gerencialismo" (*managerialism*), mobilizando as contribuições dos Estudos Organizacionais.

A terceira seção, relaciona o tratamento dado ao tema da gestão na agricultura, dando ênfase aos estabelecimentos familiares. Demarca-se as especificidades deste tipo de organização social e econômica das demais formas de organização, especialmente em relação às organizações do tipo empresarial. Procuramos realizar a crítica à noção de organização em que as pessoas formam uma unidade coesa mais ou menos autônoma e evidenciar que o uso do termo gestão comumente utilizado para as análises empíricas raramente reflete sobre seu significado, restringindo em assumir seu significado dominante oriundo das abordagens das ciências administrativas e econômicas.

Como resultado, procuramos estabelecer interfaces entre gênero e gestão em estabelecimentos familiares, refletindo sobre caminhos teóricos e analíticos que permitam ampliar estudos sobre o papel exercido pelas mulheres na gestão, transpondo a gestão para as dimensões produtiva e reprodutiva e em consonância e complementariedade com os estudos sobre gênero e trabalho.

2. Fundamentação Teórica

2.1 O trabalho das Mulheres Rurais

A principal contribuição das abordagens de gênero e feminismo para os estudos sobre as mulheres no meio rural vinculam a reflexão crítica sobre o conceito de trabalho, refletindo a

compreensão do trabalho para além da esfera da produção, assim como problematiza a divisão e hierarquização presente no âmbito produtivo, doméstico e de cuidados. Nestes termos, preenchem uma lacuna presente na compreensão das especificidades de formas familiares de produção, reprodução e organização no meio rural, visibilizando os papéis assumidos pelas mulheres.

O lugar das mulheres na esfera da produção surge como preocupação no final dos anos 1960 e foi responsável por iniciar as feministas no cenário acadêmico, como destacado por Heilborn & Sorj (1999). Esse movimento impulsionou uma ruptura epistemológica no entendimento do trabalho, conforme assinalado por Torns (2008), especialmente ao instigar o debate sobre o trabalho doméstico. Um pouco mais tarde, nos anos 1980, a categoria gênero desempenhou um papel crucial ao oferecer interpretações das relações sociais, conferindo significados culturais e sociais às diferenças entre os sexos. Essas mudanças substanciais culminaram na redefinição das percepções dessas diferenças e, por conseguinte, situaram as mulheres em contextos de relações hierárquicas e/ou de poder, conforme a definição de Scott (1995).

A partir destas novas perspectivas, se torna consenso que ao se tratar de trabalho feminino, é imprescindível abordar o trabalho realizado tanto na esfera da produção, qual seja, o trabalho que gera renda, quanto da reprodução, que compreende o trabalho doméstico. Nos Estudos Rurais, o avanço do debate sobre o conceito de trabalho, em conjunto com a utilização da categoria gênero, acompanhou a tradição teórica latente no momento e levou a estudos que extrapolaram a análise do papel das mulheres no núcleo familiar (Paulilo, 1976; Martinez-Alier, 1975; Stolcke, 1986), e as colocaram como protagonistas, ou seja, como objeto de estudo, como atestado pelo levantamento feito por Cordeiro & Scott (2007).

A análise do lugar da mulher levou aos estudos sobre as desigualdades, sendo a divisão sexual do trabalho um fator relevante na reprodução dessas desigualdades. Para Durán (2000), ao se estabelecer uma divisão no trabalho cria-se um correlato axiológico, ou seja, uma atribuição de capacidades e valores a cada uma das facetas do trabalho e dos sujeitos da relação social prescrita, estabelecendo as bases para suportar tal relação. Neste sentido, a divisão sexual tem dois organizadores, o da separação, situação na qual diferenciam-se os trabalhos de homens e de mulheres, e o da hierarquização, circunstância em que o trabalho dos homens é considerado mais “valioso” que o das mulheres (Kergoat, 2009). Nesta divisão o homem é responsável pelo trabalho produtivo e a mulher pelo trabalho reprodutivo.

Evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres não significa limitar as pesquisas às denúncias destas desigualdades, mas afirmar o caráter sistemático de tais desigualdades. O objetivo é refletir e analisar sobre os processos sociais utilizados para hierarquizar as atividades, que acabam por valorizar mais as atividades produtivas frente às reprodutivas.

Além da desigualdade percebida no trabalho e na relegação das mulheres ao trabalho da esfera da reprodução, observa-se que a caracterização do trabalho das agricultoras na esfera produtiva é reconhecida como “ajuda”, “trabalho complementar” ou “trabalho acessório” (Paulilo, 2016). Além disso, a relação de subordinação das mulheres na hierarquia familiar, pautada pela divisão sexual do trabalho, resulta no seu não reconhecimento, configurando-se, assim, a invisibilidade e o não reconhecimento do papel social e econômico das mulheres. Estes temas persistem como questões frequentes nas discussões sobre o trabalho e o papel das mulheres no meio rural, desde os primórdios das reflexões, no final da década de 1960, até os dias atuais.

Importante ressaltar que o debate da divisão sexual do trabalho no meio rural tem uma particularidade, uma vez que, diferente do que ocorre nas cidades, o trabalho reprodutivo é realizado no mesmo local que o trabalho produtivo, qual seja, o estabelecimento rural (Herrera, 2019b). Apesar das transformações ocorridas na agricultura com o advento do capitalismo,

incluindo as modificações na forma como a vida social e econômica dos agricultores e agricultoras foi estruturada, a unidade familiar dos agricultores continua sendo uma unidade de produção e consumo.

Devido ao envolvimento frequente de toda a família na execução das tarefas produtivas, ocorre uma sobreposição entre as esferas de produção e reprodução, uma vez que mulheres e homens geralmente não se deslocam de seus estabelecimentos para realizar o trabalho. Em algumas atividades, as mulheres não se afastam do ambiente doméstico para realizar as tarefas produtivas. Ambos os tipos de trabalho ocorrem na mesma esfera, resultando frequentemente em desafios para as mulheres distinguirem claramente as atividades realizadas em suas rotinas diárias como pertencentes às esferas produtivas e reprodutivas (Paulilo, 2004).

Neste sentido, observa-se, principalmente a partir dos anos 2000, a preocupação de algumas pesquisadoras em explorar a compreensão do lugar das mulheres na produção e reprodução familiar, em particular, no trabalho doméstico, como apontam os levantamentos bibliográficos realizados por Salvaro et al. (2012) e por Maciazeki-Gomes et al. (2016). Em um primeiro momento, principalmente na primeira década dos anos 2000, observaram-se estudos mais descritivos, que caracterizam a atuação das mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas em diferentes contextos sociais e geográficos.

Expandindo a discussão para uma compreensão mais profunda, a análise crítica sobre o trabalho reprodutivo e a descrição das atividades das agricultoras contribuíram para destacar que o conceito de trabalho doméstico e a discussão sobre a divisão sexual do trabalho eram insuficientes para abarcar toda a complexidade das atividades desempenhadas pelas mulheres no âmbito familiar. Isso se deve ao fato de que, dentro das tarefas realizadas na esfera da reprodução, inclui-se também a prestação de serviços de cuidados. Enquanto os estudos sobre o trabalho doméstico e de cuidados já eram comuns em ambientes urbanos, sua adoção na compreensão do espaço rural ocorreu de forma mais recente, especialmente no final da década de 2010.

Inicia-se, então, uma nova tendência em análises que extrapolam a mera problematização do trabalho a partir da denúncia das desigualdades e a descrição das atividades. Nota-se uma preocupação com a articulação entre o trabalho produtivo e a reprodução social, como por exemplo, as pesquisas de Moura & Moreno (2013) e de Herrera (2019a), com especial ênfase aos trabalhos domésticos e de cuidados.

Os trabalhos domésticos e de cuidados consistem em atividades desempenhadas por uma pessoa, frequentemente uma mulher, em benefício de outras pessoas. Essas atividades estão direcionadas para atender às necessidades físicas, intelectuais, afetivas e outras demandas emocionais de cônjuges, filhos, idosos, enfermos ou pessoas com deficiências. O trabalho de cuidados, embora seja um componente do trabalho reprodutivo, não é equivalente ao trabalho doméstico, embora frequentemente ocorra simultaneamente a atividades domésticas (Boris, 2014). Isso abrange as responsabilidades domésticas tradicionais, como cozinhar, limpar, lavar, fazer compras, entre outras, assim como as necessidades pessoais essenciais, incluindo dar banho, alimentar, acompanhar, transportar e tratar doenças, entre outras. Além disso, é importante destacar que, no contexto rural, as atividades de trabalhos domésticos e de cuidados inevitavelmente englobam também serviços no entorno da casa, como cuidar de hortas, pomares e pequenos animais, pois esses elementos estão diretamente ligados à saúde e alimentação das famílias (Herrera, 2019a).

Portanto, o diálogo acerca das esferas de produção e reprodução vem avançando nas últimas décadas e passou a ser abordado de duas maneiras distintas: i) ao considerar a subordinação de uma esfera em relação à outra; e ii) na articulação entre ambas as esferas. Nessas análises,

temas como o serviço doméstico, os cuidados à família, a maternidade e a sexualidade começam a ser objeto de questionamento, saindo do escopo de análise que trata exclusivamente as agricultoras em sua condição de trabalhadoras rurais.

Apesar do avanço na reflexão sobre o lugar da mulheres na produção e reprodução, a discussão sobre a gestão aparece apenas marginalmente, principalmente quando é evidenciada a desigualdade de gênero na tomada de decisões (Desconsi, 2021). A falta de reflexão analítica sobre o tema abre espaço para indagação do conceito de gestão e como aplicá-lo à realidade das mulheres na agricultura familiar. Assim como a reflexão crítica sobre o conceito de trabalho foi crucial para conferir visibilidade e reconhecimento ao trabalho das mulheres, acreditamos que um percurso semelhante deve ser trilhado em relação ao conceito de gestão. A seguir, exploramos as limitações do conceito de gestão e, após uma reflexão sobre a gestão de estabelecimentos rurais, apresentamos uma proposta de abordagem inovadora da gestão, centrada na análise dos papéis desempenhados pelas mulheres nesses ambientes.

2.2 Os Limites do Conceito de Gestão

Nesta seção procuramos discutir os atributos básicos que configuram o conceito de gestão oriundos do campo das Ciências Administração para, na sequência, refletir sobre outros aportes teóricos oriundos dos Estudos Organizacionais, que além de endereçar a crítica à abordagem dominante, conhecida como gerencialismo, indica oportunidades analíticas para aprofundar o debate interdisciplinar sobre as categorias gestão e trabalho, a partir de novas bases fundacionais e abrir espaço para relacionar as discussões sobre mulheres rurais e gestão.

O conceito de gestão foi construído no campo das Ciências da Administração, para designar as atribuições e responsabilidades específicas de modelos organizacionais que predominaram no século XX, baseados em pressupostos epistemológicos orientados para a economia, fundada no *homo economicus* (Bourdieu, 1976, 2009). Não por acaso a reflexão sobre os seus significados nos remete a analisá-lo, inicialmente, a partir do campo do conhecimento das Ciências da Administração e da Economia. Geralmente, outros campos do conhecimento, tais como as Ciências Sociais e as Agrárias, quando realizam análises sobre o tema, ou importam os pressupostos e modelos concebidos pela administração, examinam as práticas gerenciais a partir de outros aportes teórico-metodológicos, sem dialogar criticamente com as categorias próprias do campo da administração, em especial o campo dos Estudos Organizacionais.

Se por um lado, isso possibilita evidenciar questões empíricas relacionadas às organizações em diferentes enclaves sociais (Ramos, 1981), por outro, impõe limites ao debate interdisciplinar, incapaz de compreender o fenômeno organizacional na sua diversidade, amplitude ou interação, ou seja, em diálogo com outros campos disciplinares do conhecimento. O termo gestão deriva do conhecimento constituído por habilidades e técnicas destinadas a produzir eficácia e eficiência, controle e maximização do desempenho, orientados a objetivos (Bertero, 2006), num processo permanente de tomada de decisões. Por exemplo, Peter Drucker é amplamente reconhecido como o fundador moderno do termo associado ao uso dominante realizado pelas ciências da administração: a gestão (*management*). Medina & Misoczky (2007) ao analisarem o discurso de Drucker, identificaram “[...] o reforço de conhecimentos, crenças e valores que contribuem para a naturalização da globalização neoliberal”.

De modo geral, ou de modo consensual, a gestão nas sociedades capitalistas globalizadas constitui-se como uma espécie de panaceia para lidar com os mais diversos e diferentes problemas que atravessam todas as organizações, sejam elas empresariais, estatais, da sociedade civil ou familiar.

Nesses contextos, é comum e frequente a demanda por profissionais especializados em “gestão”, ou seja, administradores/as, com a capacidade de conduzir organizações muito diferentes entre si. A gestão surge como detentora de uma espécie de condão capaz de solucionar problemas diversos e atingir resultados econômicos eficazes e eficientes (Parker, 2002; Böhm, 2006). Essa capacidade de transitar indistintamente por espaços singulares e diversos revela alguns indicativos emblemáticos que circundam a construção social do termo:

- i) A constituição e legitimação de um conhecimento totalizante sobre a realidade social, que simultaneamente é gerador de novos modos de conhecimentos. Em suma, uma epistemologia, representada pelas Ciências da Administração, que produz e reproduz conhecimentos científicos aceitos por uma comunidade de especialistas que os legitimam; assim como uma prática profissional, que se difunde e se reproduz por todos os espaços da vida social. Nesta acepção, a gestão constitui-se como uma instituição que incide sobre modos de ação nas sociedades modernas (Abraham, 2006; Rodrigues & Silva, 2019).
- ii) A dominância da tipologia empresarial como arcabouço de conhecimento técnico, que se estende para as outras formas organizacionais para além das empresas, sejam as organizações do Estado, da sociedade civil ou mesmo no espaço íntimo da família. Nesta acepção, o tipo-ideal de organização característico da modernidade é a empresa (Solé, 2004, 2008; Rodrigues & Silva, 2019) e o seu *modus operandi* é a gestão (*management*).

A organização e o organizar são amalgamados entre si pelo *management*, que opera uma espécie de redução dos processos sociais, subsumidos na tipologia empresarial, tornando invisível a multiplicidade de diferentes mundos organizacionais. A sua faceta mais visível, a gestão, restringe o aspecto processualista do organizar, evidenciando-o somente como técnica; e, por sua vez, a organização-empresa restringe-se somente à sua estrutura e as suas funções, que são operadas por dispositivos e diferentes tecnologias de poder. O *management* é, de fato, um sistema de organização do poder (De Gaulejac, 2007) e, assim, constitui parte do imaginário social da sociedade moderna. Esse imaginário social serve de amparo ao exercício de uma dominação (Castoriadis, 1986) da qual sentimos os efeitos, mas raramente conseguimos identificar as suas causas.

O campo do conhecimento da administração produziu diversas abordagens que moldaram-se a partir do processo de racionalização e especialização das funções administrativas. A base dos conceitos, métodos e técnicas da área modulam-se tendo como base as organizações econômicas (empresas) inseridas na economia capitalista (Tragtenberg, 2010) predominantemente voltadas para o segmento industrial. Assumem como objetivo maior da empresa o pressuposto da maximização dos lucros em simbiose com as teorias neoclássicas da economia. Assim, modelos organizacionais e gerenciais desenvolvidos para empresas do segmento industrial adaptaram-se para outros setores econômicos, mantendo o mesmo princípio, foi o caso do campo específico da administração rural (Lima et al., 2005).

Nos Estudos Organizacionais, as críticas incidem sobre o “gerencialismo” ou *managerialism* (Vizeu, 2010), tanto apontando que tais concepções são funcionalistas e positivistas do ponto de vista epistemológico (Andion, 2023) quanto vislumbrando a necessidade fortalecer a construção do conhecimento da área da administração com mais teorias que reflitam e expliquem suas práticas (Bispo, 2022). A crítica recai sobre a perspectiva do *managerialism*, uma vez que esta é orientada por abordagens técnicas e instrumentais, tende a naturalizar a noção de organização como sinônimo de empresa e a gestão como um domínio voltado para a resolução de problemas, sendo o gestor¹ aquele que garante esse processo pelo exercício do controle e coordenação

¹ Mencionamos “gestor” no masculino propositalmente, para reforçar que é usual um homem ser reconhecido como o responsável.

com ênfase na performance (Andion, 2023). Nestes termos, os significados do que é “fazer gestão”, centram-se no desenvolvimento e aplicação de técnicas e instrumentos no processo gerencial. A utilização correta e atualizada destas técnicas determinaria, presumidamente, o sucesso da organização econômica.

A função de administrar ganha, assim, contornos científicos, assumindo os vários princípios propostos por Taylor, dentro os quais destacam-se dois para fins dos propósitos deste artigo: i) separação entre atividades administrativas e executivas; ii) o negócio/empresa/segmento produtivo deve separar-se da esfera privada/pessoal/familiar. No primeiro plano gerenciar significa estar em posição superior na hierarquia em relação às atribuições executivas (compreendidas na categoria trabalho) e ter autoridade para decidir, coordenar, planejar e organizar recursos, pessoas e processos, no sentido de obter resultados eficazes e eficientes. No segundo supõe-se que a organização econômica deve ser autônoma, em relação aos aspectos pessoais, privados e familiares, tanto dos proprietários, gestores e trabalhadores. O negócio deve se reproduzir por si mesmo e as decisões dos gestores devem orientar-se para este fim exclusivamente.

Via de regra tais princípios permanecem ativos nos dias atuais, mas que quando aplicados para o contexto da agricultura familiar embarram exatamente em uma forma organizacional onde o negócio está diretamente relacionado ao privado e afetivo e a hierarquia entre quem administra e quem executa, não se reproduz da mesma forma como concebido pela organização empresa. Isso nos leva a destacar um primeiro atributo associado ao termo gestão que raramente é objeto de crítica: a posição e legitimidade da autoridade masculina. Efetivar ações administrativas ou gerenciais significa a conformação de posições de autoridade situadas nas esferas superiores da hierarquia na estrutura organizacional. Ou seja, alguém que dispõe de legitimidade para tomar decisões, e meios para coordenar, organizar e controlar recursos, pessoas e processos. Neste atributo, vale prestar atenção nos mecanismos que dão legitimidade à autoridade e, ao mesmo tempo, observar a possibilidade de examinar os dispositivos e artefatos mobilizados para o exercício do controle (Bourdieu, 2009). Há uma tendência que tanto o modelo de gestão empresarial enquanto concepção e prática como as formas familiares de produção (ainda que muito diversas), reproduzem hierarquias e meios de legitimação e homens como superiores às mulheres.

O segundo atributo extraído dos significados do gerenciamento está na unidade sobre a qual é efetivada: a gestão se refere somente ao negócio ou ao aspecto produtivo. É por isso que se diz, “administrar como uma empresa”. Utiliza-se o modelo da empresa capitalista que visa lucro e seus resultados se baseiam em decisões e fatores meramente da maximização dos lucros para os seus proprietários. O atributo não permite tratar aspectos administrativos para além dos limites do que se entende como esfera produtiva ou ao negócio propriamente dito. Se isto faz sentido, quanto à análise que incide sobre as organizações econômicas inseridas nos mercados, isto pode ser insuficiente para a compreensão de processos gerenciais em organizações familiares, sejam elas empresas ou sejam outros arranjos baseados em vínculos de parentesco e comunitários. Nestes, os processos gerenciais poderiam ser mais bem compreendidos prestando-se atenção nas articulações entre as esferas produtiva/negócio e a reprodutiva (grupo de pessoas responsáveis e que se beneficiam da primeira).

2.3 A gestão na agricultura familiar

Diversos estudos do campo da Administração e da Economia Rural tratam da gestão na agricultura, especialmente quando se referem a agricultores familiares, utilizando estes mesmos pressupostos, a exemplo de trabalhos como os de Holz (1994), Binotto (2005), Zachow & Plein

(2018), dentre outros. Isso pode ser observado quando se consideram que os problemas tais como a baixa produtividade e eficiência ou o nível de inserção em mercados decorrem da “falta de gestão” (Holz, 1994); ou indicam que, os agricultores e agricultoras não utilizam os modelos e técnicas desenvolvidos pelo campo da administração na condução de suas propriedades para o êxito nos resultados econômicos (Binotto, 2005; Castro Neto et al., 2007; Deponti, 2014) ainda que adotem estilos de gestão distintos (Thiago et al., 2020).

Dentro desta perspectiva, a gestão na agricultura se refere ao negócio ou a esfera produtiva da propriedade ou fazenda, que deve ser administrada como uma empresa. Mesmo em estudos sobre a gestão na agricultura familiar, o foco recai sobre aspectos em torno de como planejar, organizar estritamente o sistema produtivo, controlar os seus custos e recursos para gerar um volume de produção, mobilizando tecnologias de gestão (Batalha et al., 2004). As abordagens sistêmicas inspiradas na sistemas agrários chamam atenção para a inter-relação com a família, mas objetivamente a enfatizam como força de trabalho, ou seja no âmbito das atividades executivas, um recurso dentre outros, compreendidos em torno da unidade agropecuária (Dufumier, 2010; Lima, et al., 2005).

Paralelamente, cabe destacar que a construção das categorias camponato e agricultura familiar deu-se procurando demarcar as especificidades deste tipo de organização social e econômica das demais formas de organização que emergiram na sociedade capitalista, especialmente em relação às organizações do tipo empresarial. Na agricultura familiar, conforme destaca Wanderley (2003), ocorre um contínuo embate entre a racionalidade camponesa e a racionalidade instrumental promovida pela sociedade capitalista o que acaba por promover uma cultura específica gerada no confronto entre o tradicional e o que é imposto pelos “modelos de comportamento econômico e social” (Bourdieu & Sayad, 2006, p. 59).

Neste percurso, assume uma ideia de organização social e produtiva, no qual o trabalho realizado pelos membros vinculados por laços de parentesco é central, portanto, a organização visa a reprodução social e econômica dos integrantes da família. O limite desta noção de organização camufla as hierarquias, desigualdades e diferenças entre os integrantes, ou quando estas são evidenciadas, são entendidas como funções ou posições que integram certa ordem própria deste tipo de organização (Desconsi, 2021).

Se a gestão está vinculada somente à esfera definida como produtiva, os estudos centram a atenção para a gestão do uso da força de trabalho familiar (ou mão de obra familiar) e sua disponibilidade como recurso mobilizado nas chamadas atividades principais. O que define as configurações próprias do negócio e de sua dimensão produtiva geralmente são aquelas que geram maior volume, valor monetário e inserção no mercado (Lima et al., 2005).

Muitas das atividades administrativas devem estar no entorno de um dos princípios definidores da própria categoria trabalho, que é o de assegurar a reprodução econômica e social de seus integrantes. Quer dizer que as pessoas (com grau de afinidade e parentesco) se articulam em torno de necessidades - moradia, segurança, afetos, alimento, entre outras - além de objetivos e anseios. Nestes termos, a gestão de médio e longo prazos são relevantes, pois definem movimentos cíclicos dos indivíduos que integram as organizações, assim como das articulações que vão sendo produzidas entre os seus integrantes. Este aspecto demarca, teoricamente, não somente a especificidade em relação aos modelos gerenciais baseados no *homo economicus*, mas abre caminho para pensar que a reprodução econômica e social, com efeito, permite examinar as articulações entre as esferas produtiva e reprodutiva.

Porém, antes de avançar na discussão sobre essas articulações, destacamos um duplo aspecto intrínseco à categoria gestão, que não se reduz meramente ao debate sobre a dimensão

produtiva, ou ainda em relação aos efeitos perversos gerados pela apropriação gerencialista da gestão enquanto técnica nas organizações familiares.

A título de reflexão podemos caracterizar a gestão como detentora de uma faceta instrumental, que serve não somente à reprodução da dominação e expropriação de valor, por meio das relações de poder instituídas, mas, também, para a proteção dos integrantes da organização e da família, em relação à lógica patriarcal e do capital, presente nas organizações das sociedades capitalistas. Assim, para seguir vivendo é preciso continuamente *jogar o jogo*. Isto significa conhecer e se apropriar das ferramentas de gestão presentes nas funções administrativas para fins de proteção e reprodução da vida humana associada. Por outro lado, a gestão também é detentora de uma faceta emancipatória, que possibilita *virar o jogo*, ao subverter as relações heterônomas presentes na gestão e nas organizações dominantes. Isto significa possibilitar a emergência de novas formas de manifestação da gestão por meio do organizar.

3. Metodologia

A presente pesquisa emprega procedimentos metodológicos típicos na elaboração de ensaios teórico-empíricos, quais sejam: o estabelecimento de posicionamento argumentativo em torno de uma tese teórica central, apresentada e defendida ao longo do desenvolvimento do ensaio e mobilização de categorias analíticas para servirem como núcleo argumentativo central, visando sustentar a tese principal.

Neste processo nos valemos de uma abordagem metodológica qualitativa fundamentada em análises descritivas para investigar e caracterizar os fenômenos empíricos em questão. Tendo como base estudos e abordagens teóricas das áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, foi realizada uma revisão dirigida da literatura (revisão não sistemática) a fim de estabelecer categorias analíticas na construção do arcabouço teórico central.

O corpus documental foi composto pela literatura dos Estudos Rurais relacionados aos estudos feministas e de gênero, assim como os estudos sobre gestão na agricultura familiar e do campo de conhecimento dos Estudos Organizacionais.

A escolha metodológica permitiu a obtenção de informações detalhadas, contextualizando o fenômeno ao longo do tempo e fornecendo uma visão abrangente de suas diversas facetas que forneceu uma base sólida para a análise descritiva e também permitiu a validação cruzada de informações provenientes de dois campos de conhecimento.

4. Resultados e Discussão

4.1 Gestão das mulheres rurais

Nos estudos de gênero e feministas é comum apontarem a desigualdade presente na declaração de chefia dos estabelecimentos rurais (Hora et al., 2021), ou mesmo trazer evidências empíricas da desigualdade nas tomadas de decisão (Desconsi, 2021), vislumbrando a necessidade de igualdade, principalmente no que concerne a gestão dos recursos financeiros, a fim de proporcionar uma maior emancipação às mulheres. Contudo, as reflexões sobre desigualdades mobilizam o conceito de gestão na sua acepção gerencialista.

Mesmo em estudos como o de Brandão et al. (2023), que analisam a gestão a partir de outras racionalidades, que não a orientação exclusiva para a maximização dos lucros, advinda dos princípios da economia solidária, a gestão é mobilizada a partir de sua faceta instrumental. No caso do estudo mencionado, o conceito de autogestão é mobilizado, com enfoque no bem-

estar das agricultoras, agricultores e de suas famílias. Porém, mesmo que outro enfoques seja adotado para analisar o protagonismo das mulheres na gestão de uma cooperativa, as funções administrativas (planejar, organizar, dirigir e controlar) são destacas na análise empírica.

Apesar da dominância do termo na sua acepção gerencialista, não desconsideramos os efeitos positivos de sua utilização como protetor para as mulheres, que se valem das ferramentas instrumentais para enfrentar as subordinações impostas pelo capital e pelo patriarcado. Na faceta instrumental, a gestão torna-se dispositivo de proteção e enfrentamento às dinâmicas sociais patriarcais e capitalistas, principalmente em relação aos aspectos econômicos e produtivos das organizações. Porém, refletir criticamente sobre a gestão das mulheres rurais nos conduz à reflexão sobre as duas facetas mencionadas na seção anterior: instrumental, proveniente do gerencialismo e emancipatória, aspecto intrínseco ao organizar.

É sabido que o sistema de produção sobre o qual se assenta o trabalho produtivo familiar é reconhecido como um espaço de responsabilidade do homem, conferindo-lhe a legitimidade necessária para exercer sobre ele o seu controle, que envolve a tomada de decisão sobre a atividade produtiva, a gestão e a centralização dos recursos financeiros que venham a ser ali gerados, reforçando a noção de autoridade presente na figura de quem faz a gestão. Ainda que haja algumas exceções, como o estudo realizado por Fernandes & Mota (2014) sobre a autonomia das mulheres na comercialização de alimentos, as análises sobre a participação das mulheres no espaço produtivo costumeiramente é marcado pela falta de autonomia feminina na tomada de decisão da atividade produtiva e na gestão da propriedade, configurada, também, pela frequente ausência da posse da terra e de renda como contraparte ao trabalho produtivo empenhado por elas.

Portanto, ter protagonismo ou participação decisiva na gestão instrumental e na tomada de decisões é fundamental para que as mulheres sejam valorizadas e que as desigualdades de gênero sejam superadas, haja vista que as mulheres desempenham um papel essencial na agricultura familiar (Paulilo, 2004).

Consideramos a mobilização do caráter instrumentalista da gestão, como *jogar o jogo* imposto pelas concepções capitalistas e patriarcais dominantes. Isso se revela quando vemos, por exemplo, a reivindicação das mulheres por ocuparem espaço nas iniciativas produtivas dos estabelecimentos rurais, protagonizando atividades de controle da produção, da venda, o que pode levar a um potencial aumento de poder de decisão e de gestão no interior da família, principalmente porque ao liderar iniciativas produtivas elas acessam a renda oriunda deste trabalho. A inserção das mulheres em iniciativas produtivas, por vezes, representa a única perspectiva de reconhecimento do papel destas mulheres.

Neste caminho, para além de estabelecer um equilíbrio maior no controle das iniciativas existentes nas suas propriedades, procuram criar e fortalecer iniciativas produtivas “novas” que permitam maior controle e protagonismo feminino, tal como aparecem nas experiências examinadas no estado de Santa Catarina por Reiter et al. (2019) sobre a agroindustrialização artesanal, de atividades não agrícolas de prestação de serviços como agroturismo e artesanato, ou ainda estabelecer a mudança de sistemas produtivos convencionais para agroecológicos, entre outras. Tais experiências parecem apresentar potencial de reduzir a desigualdade de gênero, quando possibilitam gerar mudanças na forma de organização, que reposicionam o papel das mulheres na gestão e trabalho no âmbito da agricultura familiar.

Porém, *jogar o jogo* não tem se mostrado suficiente para alterar as estruturas hierárquicas presentes nas famílias e nas estruturas sociais, como aponta o estudo realizado por Mota et al. (2020) sobre o a responsabilidade das mulheres paraense nos contratos de integração com as agroindústrias do dendê. É necessário, portanto, descortinar o aspecto da gestão que valoriza

a atuação das mulheres, assim como ocorreu com a ruptura epistemológica do conceito de trabalho levado a cabo pelas feministas.

Neste sentido, consideramos que abordar a gestão pela sua outra faceta, a do organizar, permite *virar o jogo* de abordagens dominantes, que ao focar nas atividades produtivas não permitem visualizar a participação das mulheres na gestão.

Os aspectos do organizar estão atrelados às ações que transpõe o aspecto produtivo das atividades, permitem considerar as atividades do âmbito reprodutivo e mais que isso, permitem ir além, considerando aquelas atividades cotidianas difíceis de serem categorizadas na separação dicotômica produtivo/reprodutivo. A esfera do organizar leva em consideração a interação entre as pessoas integrantes do estabelecimento rural, tem, portanto, um caráter negociado ao contrário do caráter unilinear do gerencialismo, que assenta-se sobre a supremacia daquilo que se define por esfera produtiva ou negócio propriamente dito sobre a esfera reprodutiva.

A lente analítica do organizar permite reconhecer a importância das mulheres na sincronização de tarefas e pela gestão cotidiana das necessidades de todos os membros da família e, também, dos seres vivos (plantas e animais) no estabelecimento familiar. Isto significa que as mulheres se colocam com uma disponibilidade temporal permanente, uma relação baseada na interação, na antecipação e no reconhecimento das necessidades (Bessin, 2016). A evidência mais notória deste processo é a organização do tempo do trabalho. Elas estão envolvidas em diversas atividades que preenchem o seu cotidiano, não convivem com a ideia da jornada de trabalho como a aceção do trabalho vinculado à noção empresarial, ou seja, uma jornada que tem um início e um fim. A gestão das mulheres articula a produção e a reprodução, admitindo um caráter de continuidade e sem definição de começo e término em sua rotina.

As mulheres são responsáveis por fazer a gestão do tempo de trabalho a fim de conciliar as necessidades das pessoas, dividindo suas atuações entre os trabalhos domésticos, os de cuidados e os produtivos. Além de invariavelmente serem as responsáveis pelo acesso a serviços públicos ou privados fora dos estabelecimentos rurais, como acesso à saúde, à educação, ao lazer e atividades comunitárias.

Além disso, a gestão do tempo extrapola a necessidade das pessoas, é necessária não só para realizar o trabalho planejado para o dia, mas, também, para o planejamento dos cultivos na horta e no roçado, dos tratos com os animais e com todo o sistema produtivo. São as mulheres que usualmente acompanham, por exemplo, o dia certo para plantar as sementes; tratam dos animais conforme as suas necessidades, respeitando o seu ciclo de vida e; organizam o sistema produtivo conforme o clima, as estações do ano ou a condição do solo. Na agricultura um bom planejamento e uma gestão do tempo eficiente é de suma importância para o desenvolvimento das produções e dos cultivos. Também são as mulheres que organizam a economia familiar, construindo formas próprias de cálculo para assegurar as necessidades de cuidado dos integrantes da família a partir da renda e outros recursos disponíveis.

Isso denota o que estudos dos cuidados da área vem ressaltando, que mesmo que a tomada de decisão e a gestão sobre a atividade produtiva partam de uma concepção gerencialista, este tipo de decisão leva em consideração a estrutura dos cuidados no estabelecimento rural (Herrera, 2019a). Neste sentido, observa-se que a decisão sobre a organização produtiva do estabelecimento rural é mais complexa do que a simples orientação produtiva. Pelo contrário, está baseada em valores e afetos, pois, no processo de decisão estão presentes componentes sociais e culturais, que vão mais além da mera racionalidade produtiva dada pela apropriação da natureza como forma de acumulação de capital.

Ao atenuar a preponderância do gerencialismo no processo organizacional, permitindo que se manifestem outras formas possíveis do organizar (*organizing*), criam-se caminhos

alternativos para que a gestão instrumental seja entrelaçada aos aspectos emancipatórios invisibilizados e subordinados ao gerencialismo. A tese defendida neste artigo é a de que as agências do organizar (*organizing*) realizadas pelas mulheres oferecem alternativas para desfazer o gerencialismo embutido nos processos organizacionais, possibilitando a emergência de novas vias de acesso para reposicionar o fenômeno organizacional. Essa nova abordagem considera que os aspectos emancipatórios e coletivos presentes no organizar (*organizing*) das mulheres poderão indicar um novo caminho para tratar do conceito e das práticas de gestão.

Portanto, para refletir sobre a gestão das mulheres rurais é necessário se afastar do conceito de gestão da forma como foi concebido pela abordagem dominante do campo da administração (*management*) e analisar como os estudos sobre o campesinato e a agricultura familiar têm tratado a delimitação da esfera produtiva em articulação com a esfera reprodutiva em relação às diferentes formas do organizar.

Em grande medida, o debate no entorno da categoria trabalho (trabalho produtivo x trabalho reprodutivo) acabou por delimitar a análise das atividades nos estabelecimentos rurais, mantendo-se, quando mobilizado, o modelo clássico de organização econômica, desenvolvido pelo *management* das ciências administrativas, derivado da separação taylorista entre aqueles que planejam e gerenciam o trabalho em relação àqueles que o executam.

Nesta acepção, o trabalho significa a execução de tarefas, cabendo exclusivamente ao gestor/a decidir ou governar sobre aqueles que realizam o trabalho. Deste modo, excluem-se e ocultam-se praticamente quaisquer outras possibilidades de atribuição de valor (seja econômico ou reprodutivo) às atividades vinculadas à categoria trabalho nas organizações familiares, que permanecem subordinadas às atividades econômicas exclusivamente realizadas pelo gestor da propriedade. Desta maneira, são reproduzidas pela gestão diferentes formas de poder e dominação, reforçadas pelo processo de naturalização do *management* (gerencialismo) que invisibiliza as contradições e antagonismos inerentes ao uso do termo gestão, centrado exclusivamente nos aspectos técnicos do organizar (*organizing*), que reifica a realidade social por intermédio das consagradas funções administrativas (planejar, organizar, dirigir e controlar).

Conclusões

Este artigo procurou apresentar alternativas teóricas para se analisar os estudos sobre as mulheres rurais no trabalho e na gestão de estabelecimentos familiares a partir das contribuições dos estudos feministas e de gênero, além de aportes do campo dos Estudos Organizacionais, que polemizam com as concepções dominantes do gerencialismo. Tais abordagens ampliam as reflexões conceituais correntes ao incorporar as dimensões dos trabalhos domésticos e de cuidados.

A chave analítica proposta por este artigo teve como intuito desconstruir as abordagens dominantes vinculadas indissociavelmente às organizações e à gestão, concentrando-se na valorização da categoria “organizar”, como elemento estruturante da organização familiar rural (em seus aspectos produtivos e reprodutivos). Neste sentido, a gestão é considerada como processo horizontal e fluido da ação coletiva, fundado numa nova forma de organização.

Destacamos duas facetas da gestão passíveis de serem operacionalizadas por um novo aporte teórico que emerge do organizar realizado pelas mulheres: uma faceta instrumental e uma faceta emancipatória. Neste sentido, criam-se caminhos alternativos para que a gestão instrumental seja entrelaçada aos aspectos emancipatórios invisibilizados e subordinados ao gerencialismo.

A tese proposta neste artigo é a de que as agências do organizar (*organizing*) realizadas pelas mulheres oferecem alternativas para desfazer o gerencialismo, possibilitando a emergência de novas vias de acesso para reposicionar o fenômeno organizacional. Essa nova abordagem considera que os aspectos emancipatórios e coletivos presentes no organizar (*organizing*) das mulheres poderão indicar um novo caminho para tratar do conceito e das práticas de gestão. Novas formas de gestão implicam em mudanças e inovações na organização da vida, da família e das atividades econômicas, de modo a abrir possibilidade na reconstrução das relações de poder baseadas na desigualdade de gênero.

Salientamos que a contribuição teórico-metodológica proposta neste artigo é fruto de um projeto de pesquisa em andamento e que tem como agenda futura a realização de uma pesquisa empírica para analisar a gestão das mulheres nos locais nos quais se manifestam o organizar das atividades produtivas, da vida íntima da família e o organizar da vida social: i) a gestão das hortas; ii) a gestão do espaço doméstico; iii) a gestão do espaço produtivo e iv) a gestão coletiva das associações às quais a família está vinculada. Em publicações futuras pretendemos divulgar os resultados da pesquisa empírica.

Referências

- Abraham, Y. (2006). L'entreprise est-elle nécessaire? In J. Dupuis (Ed.), *Sociologie de l'entreprise*. Montréal: Gaëtan Morin Editeur.
- Andion, C. (2023). Reflexões epistemológicas e sobre o fazer científico da administração contemporânea. *Revista de Administração Contemporânea*, 27(2), e230017.
- Batalha, M. O., Buainain, A. M., & Souza Filho, H. M. (2004). Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In H. M. Souza Filho & M. O. Batalha (Eds.), *Gestão integrada da agricultura familiar* (pp. 43-65). São Paulo: EdUFSCar.
- Bertero, C. O. (2006). *Ensino e pesquisa em Administração*. São Paulo: Thomson Learning.
- Bessin, M. (2016). Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In A. R. P. Abreu, H. Hirata & M. R. Lombardi (Eds.), *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais* (pp. 235-246). São Paulo: Boitempo.
- Binotto, E. (2005). *Criação de conhecimento em propriedades rurais no Rio Grande do Sul, Brasil e em Queensland, Austrália* (Tese de doutorado). Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Bispo, M. S. (2022). In defense of theory and original theoretical contributions in administration. *Revista de Administração Contemporânea*, 26(6), e220158.
- Böhm, S. (2006). *Repositioning organization theory: impossibilities e strategy*. Basingstoke: Palgrave.
- Boris, E. (2014). Produção e reprodução: casa e trabalho. *Tempo Social*, 26(1), 101-121.
- Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2(3), 88-104.
- Bourdieu, P. (2009). *O senso prático* (237 p.). Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P., & Sayad, A. (2006). A dominação colonial e o sabir cultural. *Revista de Sociologia e Política*, (26), 41-60.
- Brandão, T. F. B., Barbosa, L. C. B. G., & Bergamasco, S. M. P. P. (2023). Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2(31), 1-20.

- Castoriadis, C. (1986). *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castro Neto, M., Pinheiro, A. C. A., & Coelho, J. C. (2007). *Tecnologias de informação e comunicação na empresa agrícola*. São Paulo: Gazela.
- Cordeiro, R. L. M., & Scott, R. P. (2007). Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *Estudos Feministas*, 15(2), 419-423.
- De Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Ideias e Letras.
- Deponti, C. M. (2014). As "agruras" da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. *Redes*, 19, 9-24.
- Desconsi, C. (2021) *O controle da lavoura: a construção de relações sociais e a produção de soja entre assentados do meio norte do Mato Grosso – Brasil*. Campina Grande: EDUEPB.
- Dufumier, M. (2010). *Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas* (2ª ed., 326 p.). Salvador: EDUFBA.
- Durán, M. A. (2000). Uso del tiempo y trabajo no remunerado. *Revista de Ciências Sociais*, 18, 56-69.
- Fernandes, T., & Mota, D. M. (2014). "É Sempre Bom Ter o Nosso Dinheirinho": sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), 9-24.
- Heilborn, M. L., & Sorj, B. (1999). Estudos de gênero no Brasil. In S. Miceli (Ed.), *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1975-1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs.
- Herrera, K. M. (2019a). *A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais* (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Herrera, K. M. (2019b). Rompendo dicotomias: o cotidiano do trabalho das mulheres rurais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 39(1), 63-79.
- Holz, E. (1994). *Fundamentos teóricos da gestão agrícola*. Florianópolis: Epagri.
- Hora, K., Nobre, M., & Butto, A. (2021). *As mulheres no censo agropecuário 2017*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung.
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré & D. Senoiter (Eds.), *Dicionário crítico do feminismo* (67 p.). São Paulo: Unesp.
- Lima, A. J. P., Basso, N., Neumann, P. S., Santos, A. C., & Müller, A. G. (2005). *Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores* (3ª ed., 222 p.). Ijuí: Unijuí.
- Maciazeki-Gomes, R. C., Nogueira, C., & Toneli, M. J. F. (2016). Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia e Sociedade*, 28(1), 115-124.
- Martinez-Alier, V. (1975). As mulheres do caminhão de turma. *Debates e Crítica*, 4(5).
- <jrn>Medina, I. P., & Misoczky, M. C. (2007). Peter Drucker e a legitimação do capitalismo tardio: uma análise crítica de discurso. *Gestão & Organizações*, 5(3), 260-283.
- Moura, M. C. D. & Moreno, R. F. C. (2013). A interdependência das esferas da reprodução e produção na produção de indicadores: reflexões a partir da experiência das mulheres rurais no sertão do Apodi. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, 18(2), 28-45.

- Mota, D. M., Nascimento, D. A. S., & Schmitz, H. (2020). Mulheres com contratos de integração para a produção de dendê no Pará: redefinindo relações de gênero? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(3), e192796.
- Paulilo, M. I. (1976). *O trabalho da mulher no meio rural* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Paulilo, M. I. (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, 12(1), 229-252.
- Paulilo, M. I. (2016). *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo* (383 p.). Florianópolis: UFSC.
- Parker, M. (2002). *Against management: organization in the age of managerialism*. Cambridge: Polity Press.
- Reiter, J. M. W., Mondardo, M., Ferrari, D. L., Mior, L. C., & Marcondes, T. (2019). *Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina 2016* (72 p.). Florianópolis: Epagri.
- Ramos, A. G. (1981). *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Rodrigues, M. S., & Silva, R. (2019). Empresarização e modernidade: a ideia de empresa no centro do mundo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 6(1), 40-76.
- Salvaro, G. I. J., Estevam, D. O., & Felipe, D. F. (2012). Mulheres e trabalho feminino rural: pesquisa no banco de teses da CAPES (1987-2010). In *Anais do III Seminário de Ciências Sociais Aplicadas*. Criciúma: Ed. UNESC.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Solé, A. (2004). ¿Qué es una empresa? Construcción de un ideal tipo transdisciplinario (Working Paper). Paris.
- Solé, A. (2008). L'enterprisation du monde. In J. Chaize & F. Torres (Eds.), *Repenser l'entreprise: saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve*. Paris: Le Cherche Midi.
- Stolcke, V. (1986). *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 410 p.
- Thiago, F., Kubo, E. K. M., Pamplona, J. B., & Farina, M. C. (2020). Estilo de gestão de produtores rurais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2(58), 1-18.
- Torns, T. (2008). El trabajo y el cuidado: cuestiones teóricometodológicas desde la perspectiva de género. *Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, (15), 53-73.
- Tragtenberg, M. (2010). *O capitalismo no século XX*. São Paulo: Editora UNESP.
- Vizeu, F. (2010). (Re)contando a velha história: reflexões sobre a gênese do management. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(5), 780-797.
- Wanderley, M. N. B. (2003). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 21, 42-61.
- Zachow, M., & Plein, C. (2018). A gestão como característica da agricultura familiar. *Brazilian Journal of Development*, 4(6), 3318-3334.

Recebido: Janeiro 02, 2024

Aceito: Abril 26, 2024

JEL Classification: B54